



TRABALHO E DUPLA JORNADA, REFLEXÕES SOBRE A DIVISÃO DE TAREFAS DAS ASSENTADAS DO MILTON SANTOS¹

Gabriela Mariano Mendonça²

RESUMO

Para compreender a agricultura familiar é necessário refletir sobre a relação terra, trabalho e família, ao considerar as relações de gênero, o trabalho das mulheres foi invisibilizado ou direcionado unicamente ao âmbito doméstico. Conforme os movimentos sociais integraram as mulheres, as agricultoras passaram a ser reconhecidas sobre seu trabalho, a agricultura agroecológica foi umas das maneiras de alcançar o reconhecimento. Neste cenário, com o acúmulo de tarefas da mulher entre o espaço público e doméstico, a dupla jornada se perpetua e as relações do patriarcado não alteram a relação no âmbito doméstico. Nesse panorama, este ensaio tem como objetivo dialogar sobre as mudanças em relação ao trabalho doméstico suscitadas pelo reconhecimento do trabalho da mulher, principalmente pelos filhos e filhas. O estudo articula os relatos das mulheres agricultoras do assentamento Milton Santos, situado em Americana, SP. Os resultados demonstram que os companheiros não atuam no âmbito doméstico, por outro lado os filhos e filhas, reconhecendo a atuação da mãe na Organização do Controle Social “Terra Viva” passaram a auxiliar nas atividades domésticas. Embora não haja uma divisão igualitária das atividades domésticas, o apoio dos filhos e filhas levanta possibilidades de mudanças no ciclo geracional, onde no futuro as tarefas domésticas podem ser compartilhadas entre homens e mulheres.

Palavras-chave: Geração, Agroecologia, Assentamento, Mulheres agricultoras, Circuitos curtos de comercialização.

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001, entre os anos de 2017 e 2019, em apoio a realização do projeto de mestrado

² Gestora Ambiental. Mestra e Doutoranda em Ciências pelo Programa Interunidades de Pós-Graduação em Ecologia Aplicada pela Universidade de São Paulo, Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (USP – ESALQ).

INTRODUÇÃO

Segundo Kergoat (2000, p. 67), “a divisão do social tem dois princípios organizadores: o da separação (existem trabalhos de homens e outros de mulheres) e o da hierarquização (um trabalho de homem ‘vale’ mais do que um de mulher)”.

Essa desigualdade foi perpetuada por gerações, com o apoio dos movimentos sociais as mulheres passaram a se fortalecer em questionar essa realidade e se unirem para modificar essa invisibilidade histórica. No campo, o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) possibilitou diversos diálogos sobre a desigualdade de gênero no campo, inclusive em relação ao trabalho agrícola, dupla jornada de trabalho, mudanças das gerações e agroecologia.

O presente ensaio tem como objetivo refletir sobre a dupla jornada de trabalho das mulheres do assentamento Milton Santos, situado em Americana, SP. Destacando as possíveis modificações da divisão de tarefas no âmbito doméstico, geradas pelo reconhecimento do trabalho agroecológico.

Assim, para atingir o objetivo proposto, o trabalho se organiza a partir de um panorama geral dos referenciais teóricos sobre as relações de gênero no campo, apresentando o histórico da invisibilidade da mulher no campo. Em seguida a agroecologia é abordada como um caminho para o reconhecimento do trabalho produtivo das agricultoras do assentamento Milton Santos, através da comercialização de cestas agroecológicas, possibilitando uma ruptura da invisibilidade e o reconhecimento do seu trabalho produtivo.

As literaturas destacam o reconhecimento do trabalho agrícola, embora esse reconhecimento estabeleça a dupla jornada com o acúmulo de tarefas da mulher, que ocorre pela ausência de divisão dos trabalhos domésticos e dos cuidados com os membros da família.

Nessa perspectiva teórica, o ensaio direciona seu olhar para as mulheres do assentamento Milton Santos, em busca de trazer reflexões sobre a dupla jornada e o reconhecimento do trabalho produtivo, através do estudo sobre a Organização do Controle Social (OCS) Terra Viva, formada majoritariamente por mulheres. A OCS atua na modalidade dos circuitos curtos, nessa temática o consumo solidário ocorre em favor das estratégias produtivas agroecológicas.

A pesquisa se justifica pela importância do olhar para o mundo doméstico e suas modificações com o trabalho destas mulheres agricultoras assentadas. Na construção metodológica, foram realizadas 12 entrevistas com as assentadas do Milton Santos, integrada

pelos elementos de “história oral”, como proposto por Thompson (2009), das quais 6 fazem parte da OCS foco deste estudo e 6 não atuam em nenhuma OCS ou estão relacionadas a outra organização.

As agricultoras da OCS produzem frutas, tubérculos e olerícolas, enquanto as mulheres que não atuam, em sua maioria produzem para o autoconsumo. A maioria das mulheres tem idade superior a 30 anos, são casadas e têm filhos. As entrevistas realizadas em dois grupos com atuações distintas no assentamento possibilitam o diálogo sobre o reconhecimento do trabalho produtivo e as possíveis alterações no âmbito doméstico.

A relação entre a pesquisa e o assentamento foi fundamentada pela prática junto ao Núcleo de Agroecologia “Nheengatu”, com destaque aos grupos de Comercialização Justa e Cultura Alimentar (CAJAN) e o grupo Territorialidades Rurais e Reforma Agrária (TERRA) que realizam atividades na temática de assistência técnica agroecológica e nos circuitos curtos de comercialização.

1. RELAÇÕES DE GÊNERO NO CAMPO

A perspectiva da invisibilidade feminina na agricultura, parte da compreensão do desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil e os povos que se integraram neste processo. Ao considerar a colonialidade, Mignolo (2005) apresenta que o dispositivo de poder opera em três níveis diferentes: do poder, que coloniza a economia e a política; do saber, que coloniza todos os âmbitos do saber epistêmico; e do ser, que produz a subjetividade, controla a sexualidade e designa os papéis atribuídos aos gêneros. No delineamento do processo colonial, o patriarcado foi o dispositivo para a estruturação das relações destas formas de dominação e poder.

Gilberto Freyre (1933) em sua obra “*Casa Grande e Senzala*” relatam os elementos que compuseram o desenvolvimento da estrutura econômica e social brasileira, onde “[...] A base, a agricultura; as condições, a estabilidade patriarcal da família, a regularidade do trabalho por meio da escravidão, a união do português com a mulher índia, incorporada assim à cultura econômica e social do invasor”. (FREYRE, 1933, p. 79)

Na obra, as narrativas rasas e pouco expressivas na construção da leitura da temática da mulher, citam a presença feminina no papel progenitor da família pela mulher branca, os conhecimentos tradicionais do território pela mulher indígena e os cuidados na casa grande pela mulher negra.

Linhares (1981) ressalta, do ponto de vista social, que a relação do trabalho se

construiu de forma “rigidamente hierarquizado”, estrutura que se enraizou no país determinando as relações sociais inseridas no engenho e consequentemente partindo da estrutura do patriarcado de relação de gênero.

Neste contexto, tendo o olhar nas diferentes culturas que foram inseridas no Brasil a partir da estrutura do patriarcado, convém relatar a atuação das mulheres brancas, indígenas e negras em momentos distintos, embora a invisibilidade esteja presente nos três grupos.

No campo, embora a mulher produza alimentos existe a “dificuldade em distinguir seus trabalhos agropecuários na horta e no quintal do seu cotidiano como dona de casa e mãe” (ARO; FERRANTE, 2013, p. 204), nessa conjuntura a mulheres assumiram ao longo da história tarefas sem reconhecimento social (LIMA; JESUS, 2017).

Rua e Abramovay salientam que embora a mulher seja responsável por inúmeras atividades, ela é subordinada aos espaços que o homem delimita para sua participação. Inclusive, “o discurso de que ‘ajuda’ ou ‘participa’, está presente na afirmação de que elas não assumem responsabilidades econômicas” (RUA; ABRAMOVAY, 2000, p. 162).

Configurar o trabalho da mulher como “ajuda”, corrobora com a desigualdade de gênero no campo, pois a invisibilidade da mulher ocorre “mesmo quando cada agricultora trabalha tanto quanto seu marido ou executam as mesmas atividades que eles” (HERRERA, 2016, p. 210). Mesmo nos casos onde as mulheres são independentes da figura masculina, geralmente solteiras ou viúvas, sofrem igualmente de ausência de reconhecimento de suas atividades. Em ambos os casos, mesmo que possa “[...] haver registros da percepção da sua capacidade de gerar renda, como regra, as mulheres não têm conseguido transformar isso em autonomia e poder” (RUA; ABRAMOVAY, 2000, p. 177).

No meio rural essa estrutura se relaciona a representação social do ser mulher e do ser homem e o valor social do trabalho, relacionado há quem o executa, “se ela vai para a roça com o marido, é trabalho produtivo, mesmo que o que for colhido seja tanto para vender como para comer. Se cuida da horta e das galinhas sozinha, é trabalho doméstico” (PAULILO, 2004). Herrera (2016) dialoga sobre o caminhar da invisibilidade ao reconhecimento das mulheres rurais, envolvendo o trabalho produtivo, doméstico e de *care* da família, afirmando que,

As mulheres exercem um papel fundamental como agentes nas estratégias de manutenção e reprodução da agricultura familiar, apesar de sua situação de desigualdade frente aos homens. As atividades realizadas pelas agricultoras em seus cotidianos são essenciais para a subsistência biológica e socioeconômica das famílias, para o bem-estar, para a segurança alimentar e a preservação do meio ambiente (HERRERA, 2016, p. 211).

Reconhecer o trabalho produtivo das mulheres agricultoras possibilita romper a barreira da invisibilidade e emergir as atividades da mulher da esfera doméstica para a pública. Um dos caminhos do reconhecimento vem sendo construído através da produção agroecológica, nesta perspectiva a valorização dos saberes e da cultura local oferece maiores oportunidades para o reconhecimento do dinamismo das mulheres no campo. Estudos demonstram que ao considerar a produção nas propriedades rurais foi possível visibilizar que participar de experiências agroecológicas permitia a ampliação do espelho de atuação dessas mulheres, para além das suas redes de sociabilidade habituais” (SILIPRANDI, 2009, p. 123).

Emma Siliprandi (2009) destaca os elementos que favorecem a mulher no sistema agroecológico: a valorização das atividades tradicionais como a horta, os pequenos animais e a processamento de alimentos in natura; a perspectiva ética valorizando o cuidado com os seres e a natureza; o fato da transição agroecológica requerer a participação de todos os membros da família, o que rompe com a divisão sexual de trabalho e valoriza todas as formas de saberes; a existência de “entidades externas às famílias” que valorizassem a participação das mulheres; a participação das mulheres em espaços públicos como as feiras, que permite contato com pessoas externas ao núcleo familiar; e a autonomia e a possibilidade da renda se tornar permanente, simbolizada como “fruto direto de seu trabalho” (SILIPRANDI, 2009, p. 123–124). A autora estima que estes elementos são capazes de desestabilizar a lógica patriarcal (SILIPRANDI, 2009, p. 126).

Inclusive, a experiência das mulheres na gestão de sistemas produtivos agroecológicos é abordada por Nobre, Souza e Almeida (2010) para o fortalecimento da produção de alimentos para segurança alimentar e a venda do excedente para geração de renda, através da comercialização nas feiras agroecológicas, consistiram nas duas estratégias para dar visibilidade ao trabalho das mulheres e garantir a equidade na distribuição dos bens produzidos, tendo como princípio metodológico a presença das mulheres na gestão dos agroecossistemas (NOBRE; SOUZA; ALMEIDA, 2010, p. 272).

No caso dos assentamentos da reforma agrária, o Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST) orienta os agricultores a se alinharem com as práticas agroecológicas, valorizando os saberes tradicionais, “onde o saber científico não é mais uma monocultura e sim parte de uma ecologia mais ampla, na qual dialoga com o saber laico, com o saber popular, com o saber dos indígenas, com o saber das populações urbanas marginais, com o saber camponês” (BORSATTO; CARMO, 2012, p. 714).

Integrado aos ideais de produção agroecológica, a ideia da soberania alimentar oferece elementos para proteção das agriculturas locais. Nesta ótica, a soberania alimentar favorece a

mobilização integrada de temas como agroecologia, circuitos curtos alimentares, reforma agrária, agricultura familiar, multifuncionalidade da agricultura ou desenvolvimento territorial (MORUZZI MARQUES, 2010). O reconhecimento do trabalho das agricultoras constitui um importante processo de valorização histórica da atuação da mulher no campo, a imersão na esfera privada, segundo este estudo de caso, é validada pela atuação nos grupos e garantia do espaço de fala.

De toda forma, se por um lado o reconhecimento das mulheres como agricultoras possibilita a discussão sobre as relações de gênero e o trabalho produtivo, por outro lado é importante dialogar sobre a dupla jornada de trabalho, relacionada à sobrecarga de tarefas da mulher.

Herrera apresenta que os trabalhos domésticos são geralmente direcionados ao cuidado de crianças, idosos e pessoas doentes, os homens também se beneficiam das atividades exercidas pelas mulheres. Um ponto destacado pela autora diz respeito ao fato do trabalho doméstico realizado pelas mulheres não terem substituto no mercado por considerar a qualidade de vida, o afeto, as relações agregadas ao cuidado familiar (HERRERA, 2016, p. 219).

Assim, é possível concordar com Hirata ao afirmar que “O trabalho cotidiano das agricultoras está voltado, quase sempre, para o cuidado de outrem em prol da reprodução biológica e social, manutenção e bem-estar das famílias” (HERRERA, 2016, p. 227). Neste caminho,

As hierarquias sugeridas nas categorias de gênero e geração estão em constante jogo nas redefinições, nas relações de poder entre homens e mulheres, ou entre mais velhos e mais novos, sejam estas relações construídas em referência à família (em todas as suas acepções), à comunidade, à articulação entre espaços diversos de convivência, ou às adesões institucionais que agenciam o pertencimento a uma ou outra destas categorias (SCOTT; CORDEIRO; MENEZES, 2010, p. 23).

Em relação a divisão de tarefas, alguns relatos apresentam que “algumas dividem os trabalhos domésticos com suas famílias, pois foram reconhecidas no trabalho produtivo” (NOBRE, SOUZA; ALMEIDA, 2010, p. 275). Ação que demonstra a mudança no espaço doméstico, possibilitando a divisão de tarefas entre os membros da família.

1.1. MULHERES DO ASSENTAMENTO MILTON SANTOS

O assentamento Milton Santos foi implantado em novembro de 2005, localizado na zona periurbana de Campinas/SP, na divisa dos municípios de Americana e Cosmópolis/SP. Ocupa uma área total de 103,45 hectares destes 71,84 ha são destinados a área agrícola, dividida em 68 lotes com cerca de um hectare, onde as famílias estão instaladas.

A implantação do assentamento é concebida como uma Comuna da Terra, proposta do MST, cuja ênfase é para assentados originários de grandes cidades, com as terras situadas próximas das grandes aglomerações urbanas, a agroecologia e a cooperação devem ser pilares dos projetos produtivos e o acesso coletivo à concessão da terra deve ser privilegiado (MORUZZI MARQUES; LUCAS; GASPARI, 2014). No âmbito do INCRA, o assentamento se inscreve na modalidade de Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), onde a prática ecológica e sustentável, neste caso a agroecologia, também é o modelo produtivo valorizado.

No histórico de desenvolvimento do assentamento, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) constituiu uma política pública de grande importância para o desenvolvimento produtivo e agroecológico dos agricultores assentados. Uma das determinações do PAA diz respeito sobre o cumprimento dos requisitos da qualidade orgânica, os produtos agroecológicos ou orgânicos poderão ter um acréscimo de até 30% (trinta por cento) em relação aos preços estabelecidos para produtos convencionais (BRASIL, 2003).

A valorização da agroecologia, pilar de construção do assentamento, incentivou aos assentados a busca pelo reconhecimento da qualidade orgânica. Neste processo foram construídas três Organizações de Controle Social (OCS) no assentamento incluindo a OCS Terra Viva formada majoritariamente por mulheres, foco deste ensaio.

A OCS que representa um modo de reconhecimento de produção orgânica adaptada para a agricultura familiar cujos produtos são destinados para programas governamentais, como o PAA. “A OCS é um mecanismo de garantia da qualidade orgânica especialmente desenvolvido para a agricultura familiar que comercializa diretamente a sua produção para os consumidores” (MOREIRA et al., 2017, p. 7). Essa modalidade de comercialização se enquadra nos circuitos curtos construção busca a valorização do território, das populações e da produção (SILVA, 2015).

O cultivo que ocorre no assentamento Milton Santos está inserido nas redes de agroecologia alternativas, que agregaram aos atores sociais envolvidos no processo,

cooperação social e parceiras entre produtores e consumidores; reconexão entre produção e consumo dentro de padrões sustentáveis; dinamização de mercados locais com identidade territorial e revalorização da circulação de

produtos de qualidade diferenciada, como é o caso de produtos de base ecológica (DAROLT et al., 2016, p. 1).

O primeiro resultado destacado pela pesquisa diz respeito à construção da OCS, onde as assentadas afirmam que o grupo, para além da discussão sobre a produção e comercialização, possibilitou a construção de um grupo de diálogo para falar “de qualquer assunto, dos filhos, da casa, da vida” (Entrevista com a interlocutora da OCS realizada em fevereiro de 2018).

Além da união para o trabalho produtivo, este grupo possibilitou a união entre as mulheres e a construção de uma rede de apoio e da conquista do protagonismo financeiro como produtoras, com autonomia gerada pela renda obtida e o reconhecimento de sua atividade produtiva fora do âmbito doméstico.

As mulheres da OCS Terra Viva destacam também sua participação em outros grupos, especialmente na horta coletiva e na cooperativa denominada “Cooperflora”. Um aspecto interessante diz respeito aos poucos casais que participam dos espaços de reunião juntos. Geralmente, quando a mulher se dedica à produção, seu cônjuge trabalha na cidade. Se por um lado esta situação possibilita a mulher atuar na esfera pública graças à sua produção, por outro lado, implica em dupla jornada de trabalho entre o cultivo e o cuidado com a casa e a família, realidade de muitas mulheres do assentamento.

Ao dialogarmos sobre o trabalho e a relação com os consumidores promovida pela comercialização em circuitos curtos, é perceptível que esta forma de comercialização possibilita um maior reconhecimento do trabalho produtivo dessas agricultoras, uma das entrevistadas relata os sentimentos de afeto ao acompanhar a entrega das cestas, onde ela observa ter “Mais amor... porque mesmo que você manda pouco, mas você manda [a cesta] com amor.” (Entrevista com a interlocutora da OCS realizada em fevereiro de 2018).

Com a pandemia da covid-19, as interações do assentamento com a comunidade externa se modificaram, pois as visitas dos grupos de extensão universitários nos mutirões eram ações recorrentes, com as medidas de distanciamento social o assentamento se articulou para continuar com a produção das cestas sem esse apoio externo.

Em diálogo com as assentadas, os relatos demonstram o aumento do trabalho e do volume de cestas comercializadas, o trabalho se mantém respeitando as medidas de distanciamento social e proteção individual.

Com o crescimento das atividades no campo, os grupos de consumidores têm se articulado em auxiliar as atividades administrativas, existem voluntários que ficam responsáveis em organizar a lista de pedidos e encaminham as quantidades para as assentadas.

Outros voluntários realizam o apoio na distribuição das cestas na sede do Sindicato Unificado dos Petroleiros do Estado de São Paulo (Sindipetro Unificado – SP) localizado em Campinas ou recebidos em casa, por meio de um serviço de entrega por delivery, organizado pelo Coletivo Aos Brados³.

Observando a relação do trabalho agroecológico e os circuitos curtos, o reconhecimento das assentadas se torna notório, inclusive possibilitando um debate sobre os assentamentos e fortalecendo sua importância para o território. Por outro lado, na perspectiva do trabalho doméstico, as divisões historicamente impostas se mantêm.

Abordando sobre a divisão do trabalho na esfera doméstica, a pesquisa revelou perspectivas distintas entre as mulheres que atuam na OCS. Um dos relatos afirma que dentro de casa não tem divisão, embora ela ajude o marido não compartilha de tarefas do campo ou da casa. Inclusive uma das interlocutoras menciona que o cuidado da casa e o preparo dos alimentos são tarefas exclusivamente femininas e o trabalho no campo e cuidado com os animais é avaliado como igualitário.

Essas duas falas destacam a ausência de divisão dos trabalhos domésticos entre casais, reconhecendo a influência da construção histórica da divisão sexual do trabalho. Entre as seis entrevistadas que atuam na OCS, apenas duas relataram a atuação do marido em algumas atividades domésticas. Assim observamos a perpetuação do abismo histórico construído pelo patriarcado, nos casos dos companheiros que atuam na atividade doméstica, o mesmo executa algumas tarefas, sem que haja uma divisão igualitária.

Ao focalizarmos a convivência com os filhos, em todos os casos em que o filho ou filha moram no lote, foram relatados apoio nas tarefas domésticas, nestes casos, o apoio ocorre tanto no campo quanto na casa, independente do sexo. Seguindo os relatos, a atuação dos filhos nas atividades domésticas está relacionada ao reconhecimento do trabalho produtivo das mães, como afirma uma das agricultoras sobre a atuação do filho nas tarefas domésticas, “Ele faz o que for preciso (na casa)” (Entrevista com a interlocutora que não atua na OCS, realizada em maio de 2019).

Para auxiliar no trabalho dos lotes, a realização de mutirões é uma atividade recorrente, nestes dias os estudantes que realizam trabalhos de extensão no assentamento, diversos agricultores e agricultoras se unem para os tratos em uma área, geralmente para implementação de alguma cultura ou construção de sistemas agroflorestais (SAF). De toda forma, é importante

³Fundado em 2002 o grupo atua na luta pela redução dos preconceitos e da discriminação em razão da expressão da sexualidade atrelada aos conflitos raça/etnia e classe social

destacar, que embora homens e mulheres atuem no campo, uma entrevistada revela que nos mutirões “só as mulheres [ficam] na cozinha, nisso tem divisão sexual do trabalho” (Entrevista com a interlocutora que não atua na OCS, realizada em novembro de 2018). Essa divisão de tarefas levanta a importância para que diálogos sejam construídos, principalmente com os homens, para que compartilhem das atividades domésticas. No caso das seis mulheres que não desenvolvem atividade produtiva nesse lote, apenas duas contam com o apoio dos filhos e filhas. Uma das produtoras afirma a ajuda da filha na atividade agrícola e outra assentada relata a importância dos filhos saberem realizar todas as atividades, seja no campo ou em casa.

Comparando estes grupos podemos concordar com o reconhecimento dos filhos e filhas do trabalho materno e apoio nas atividades domésticas para evitar a sobrecarga as assentadas. Essas ações possibilitam a ampliação do debate pela igualdade na divisão dos trabalhos domésticos, numa perspectiva futura, acredito que as próximas gerações serão capazes de olhar com igualdade os esforços produtivos de homens e mulheres, independente do sexo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este ensaio buscou considerar sobre os impactos na comercialização vinculada à OCS Terra Viva e sua contribuição com uma construção de meios para a ruptura com o patriarcado. As ações que envolvem o trabalho produtivo são reconhecidas pelos grupos que estas mulheres integram, bem como os avanços no reconhecimento promovidos pela agroecologia e os circuitos curtos de comercialização.

O trabalho produtivo permite o fortalecimento da união entre as mulheres em torno da produção agroecológica e das discussões sobre as relações de gênero. Assim, ocorre um avanço democrático na perspectiva de gênero no assentamento. Por outro lado, a dupla jornada ocorre com todas as mulheres agricultoras, o que representa uma barreira devida à sobrecarga de tarefas.

As agricultoras destacam que embora seus maridos não auxiliem na casa, os filhos e filhas atuam nos cuidados domésticos, podemos considerar que o reconhecimento do trabalho da mulher pelos filhos e filhas legitima a importância da divisão de tarefas domésticas. Essa

ação pode gerar uma mudança no ciclo geracional direcionados a uma maior igualdade nas relações de gênero, rompendo com o machismo estrutural que dividiu a atuação de homens e mulheres.

De fato, cada lar carrega sua particularidade na forma como a atuação da mulher na esfera pública alterou, ou não, sua atividade na esfera doméstica. De modo geral, existe uma mudança positiva, quando avaliamos os ciclos geracionais. Embora a minoria dos maridos ajude nas tarefas domésticas, os filhos e filhas estão envolvidos nos cuidados da casa, a partir do reconhecimento do trabalho produtivo realizado pela mãe. Tendencialmente, esses filhos, quando saírem da casa de seus pais, tenderão a naturalmente incorporar este tipo de disposição em suas relações futuras. Assim, embora constatamos a importante participação das mulheres em questão na esfera pública, a esfera doméstica representa outro desafio para a evolução da participação dos filhos, filhas, homens e mulheres na realização igualitária dos cuidados com o lar.

Efetivamente, uma evolução neste sentido enfrenta muitas barreiras, na medida em que existe forte naturalização histórica da execução das tarefas doméstica pelas mulheres, o que implica nos dias de hoje na divisão desequilibrada das tarefas. A propósito, a construção de espaços de formação e de diálogo para as mulheres e para os homens sobre a divisão das tarefas de casa é uma proposta pertinente para futuros pesquisadores e pesquisadoras

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARO, Daniele Torres; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. Mulheres assentadas: da invisibilidade ao protagonismo. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, SP, v. 16, n. 1, p.199–226, 2013. Disponível em:

<https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/135>. BORSATTO, Ricardo Serra; CARMO, Maristela Simões Do. Agroecologia e sua epistemologia.

Interciencia, Caracas, Venezuela, v. 37, n. 9, p. 711–716, 2012. Disponível em:

<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=33925502010>.

BRASIL. Lei nº 10.696, de 2 de Julho de 2003. Brasília, Brasil, 2003. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.696.htm.

DAROLT, MOACIR ROBERTO; LAMINE, CLAIRE; BRANDENBURG, ALFIO; ALENCAR, MARIA DE CLÉOFAS FAGGION; ABREU, LUCIMAR SANTIAGO. Redes

alimentares alternativas e novas relações produção-consumo na França e no Brasil. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo - SP, v. 19, n. 2, p. 1–22, 2016. DOI:

10.1590/1809-4422ASOC121132V1922016. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2016000200002&lng=en&tlng=en.

FREYRE, G. **Casa grande & senzala**. 46^a, 2002 ed. Rio de Janeiro: Record, 1933.

HERRERA, Karolyna Marin. Da invisibilidade ao reconhecimento: mulheres rurais, trabalho produtivo, doméstico e de care. **Política & Sociedade**, [S. l.], v. 15, n. Edição Especial, p. 208, 2016. DOI: 10.5007/2175-7984.2016v15nesp1p208. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2016v15nesp1p208>.

LIMA, Márcia Maria Tait; JESUS, Vanessa Brito De. Questions on gender and technology in the construction of agroecology. **Scientiae Studia**, São Paulo - SP, v. 15, n. 1, p. 73, 2017. DOI: 10.11606/51678-31662017000100005. Disponível em:

<https://www.revistas.usp.br/ss/article/view/133644>. Acesso em: 16 dez.

2018. LINHARES, Maria Yedda; TEIXEIRA, Francisco Carlos. **História da Agricultura Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MOREIRA, Rodrigo Machado; HIRATA, Aloísa Rodrigues; ROCHA, Luiz Carlos Dias; PEGORER, Ana Paula; FONSECA, Maria Fernanda; PASSOS, Marcelo; PEDINI, Sérgio; MEDAETS, Jean Pierre. **Organização de controle social: projeto de fortalecimento da agroecologia e produção orgânica nos SPG e OCS brasileiros para ampliação do número de agricultores no cadastro nacional de produtores orgânico** Pouso Alegre - MG, 2017. Disponível em:

https://portal.ifsuldeminas.edu.br/images/PDFs/proex/publicacoes_livros/cartilha_2.pdf.

Acesso em: 29 out. 2018.

MORUZZI MARQUES, Paulo Eduardo. Embates em torno da segurança e soberania alimentar: estudo de perspectivas concorrentes. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, SP, v. 17, n. 2, p. 78–87, 2010. DOI: 10.20396/san.v17i2.8634795. MORUZZI MARQUES, Paulo Eduardo; LUCAS, Ademir De; GASPARI, Luciane Cristina De. Desenvolvimento territorial em questão: estudo sobre assentamento periurbano no Estado de São Paulo. *In: Retratos de assentamentos* Retratos de assentamentos. [s.l.: s.n.]. v. 17. DOI: 10.25059/2527-2594/. Disponível em:

<https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/158>. NOBRE, Ana Cristina; SOUZA, Edvânia; ALMEIDA, Marli. Unidades Agroecológicas de Mulheres:

Empoderamento a partir da Gestão. *In: Mulheres e Agroecologia: Sistematizações de experiências de mulheres agricultoras*. Rio de Janeiro: Grupo de Trabalho Mulheres da ANA, 2010. v. 1p. 290. Disponível em: <https://agroecologia.org.br/2013/03/08/mulheres-e-agroecologia-sistematizacoes-de-experiencias-de-mulheres-agricultoras/>.

PAULILO, Maria Ignez S. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Revista Estudos Feministas**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 229–252, 2004. DOI:

10.1590/S0104-026X2004000100012. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2004000100012&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 17 dez. 2018.

RUA, Maria das Graças; ABRAMOVAY, Miriam. **Companheiras de luta ou coordenadoras de panela? As relações de gênero nos assentamentos rurais**. Brasília: UNESCO, 2000.

Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001308/130850porb.pdf>. SCOTT,

Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda. **Gênero e Geração em contextos rurais**. Ilha de Santa Catarina: Editora Mulheres, 2010. Disponível em:

https://www.ufpe.br/documents/1016303/1020379/genero+e+gera_o+em+contextos+rurais.pdf/171b01b8-2ded-48dc-9639-8e7e34c7bbcc.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e Agroecologia : a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar**. 2009. Universidade de Brasília, [S. l.], 2009.

Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/5591?mode=full>.

SILVA, Bruno Jacobson Da. **Circuitos curtos de comercialização de alimentos orgânicos: emancipação socioeconômica na agricultura familiar?** 2015. Universidade Federal de Santa Catarina, [S. l.], 2015. Disponível em:

<https://lacaf.paginas.ufsc.br/files/2015/10/Bruno.-Dissertação-configurada-19.06.2015.pdf>.

THOMPSON, Paul. História oral e contemporaneidade. **História Oral**, [S. l.], v. 5, p. 9–28, 2009. DOI: 10.51880/ho.v5i0.47. Disponível em:

<https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/47>.